

Economia

COMISSÃO
VAI VIGIAR
DESCONTO
NO GASÓLEO

SHUTTERSTOCK

Sofia Martins Santos
sofia.santos@sol.pt

Benefício para camionistas aplica-se apenas em três zonas da fronteira com Espanha e terá de ser autorizado por Bruxelas, devido às regras de concorrência. ACP questiona «carácter legal» dos descontos.

Os concelhos ainda estão por definir, mas a decisão está tomada: o Governo vai criar descontos para as transportadoras de mercadorias em postos de gasolina de três zonas de fronteira, onde será «eliminado o diferencial fiscal relativamente ao país vizinho». No entanto, o anúncio feito esta semana pelo ministro Adjunto, Eduardo Cabrita, começou já a criar polémica: o Automóvel Club de Portugal (ACP) está contra a medida por ser discriminatória. As regras comunitárias de concorrência reduzem a margem de manobra do Executivo. O presidente do ACP, Carlos Barbosa, antecipa que a criação

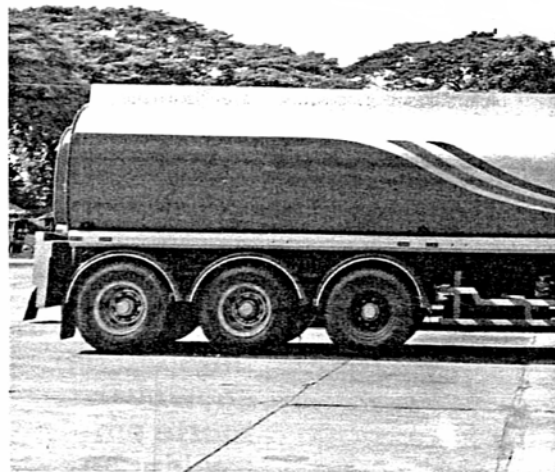
destes descontos pode levantar problemas a nível comunitário. «Quando o ACP manteve reuniões em Bruxelas, por causa dos combustíveis *low cost*, os responsáveis pela Concorrência da União Europeia explicaram que não era possível criar grandes diferenciações que distorcessem a concorrência dentro do mesmo país, pelo que admitimos que o que o Governo agora prometeu aos camionistas será muito difícil de fazer passar a nível europeu», diz, em declarações ao SOL.

O dirigente do ACP acrescenta que a medida «só serve para evitar confrontos imediatos com os camionistas» e que o Governo «teve medo da realização de grandes protestos com marchas lentas de camiões». Carlos

Barbosa entende que a iniciativa do Governo «não resolve nada e piora tudo porque discrimina os pequenos empresários que circulam em veículos comerciais para transportarem o pão e as couves que o ministro Eduardo Cabrita compra nos supermercados».

A proposta é provisória e será implementada em apenas três concelhos-piloto. Só os transportes de mercadorias com mais de 35 toneladas poderão usufruir dela. Mas também a escolha dos concelhos tem levantado alguma contestação. No entender do presidente do ACP, a decisão será sempre complicada porque «é difícil criar uma distribui-

Comissão Europeia tem de ser formalmente consultada sobre o regime de gasóleo profissional



ção equilibrada, sem privilegiar um ou outro operador de postos de combustíveis. Por isso é que o ministro Eduardo Cabrita não disse logo quais eram os locais e os concelhos em que este modelo ia ser testado».

Sem margem de manobra

Luis Oliveira, sócio do escritório de advogados Miranda, frisa ao SOL que o Governo «tem uma margem de manobra muito reduzida» para concretizar a medida. Isto porque existem disposições comunitárias que fixam um

valor mínimo de ISP sobre o gasóleo rodoviário, vigente em toda a União: 0,33 euros por litro. Como o ISP foi aumentado em fevereiro deste ano e está em 0,33841 por litro, Luis Oliveira calcula assim que a margem para redução do gasóleo rodoviário «não fará uma diferença substantiva para a situação atual».

O advogado admite que é por este motivo que o Governo deverá consultar formalmente a Comissão Europeia para averiguar a possibilidade de instituir um regime de gasóleo profissional a nível nacional, ainda que para um

QUENTE

Redução também nas SCUT

Está prevista a alteração nos custos das autoestradas nas zonas do interior.

Além de descontos no gasóleo para camionistas, o Governo vai avançar com uma redução dos custos das autoestradas nas zonas do interior (antigas Scut) «até ao verão». De acordo com ministro Adjunto, Eduardo Cabrita, estas medidas visam a promoção do interior e a própria competitividade das empresas de mercadorias.

De acordo com a Associação Nacional de Transportadores Públicos Rodoviários de Mercadorias (ANTRAM), as associações e o governo voltam agora a reunir-se no dia 16 de maio «para acertarem mais pormenores desta experiência, cujo arranque está previsto para o mês de julho».

Em comunicado, a associação explica que «em cima da mesa esteve também o tema das portagens, tendo o executivo proposto avançar com uma redução dos preços das portagens nas antigas Scut e ainda com o alargamento do período do horário noturno de descontos de que atualmente as empresas de transporte beneficiam (25%)».

As propostas do executivo – que visam tanto o desconto nas portagens como gasóleo em Portugal ao mesmo preço de Espanha – representam medidas que deixam as associações de transportadoras satisfeitas.

S.M.S.



NUNO AMADO

A assembleia geral do BCP aprovou a fusão de ações que fará com que os títulos do banco deixem de estar cotados na bolsa a um preço mais baixo do que uma pastilha elástica. É simbólico, mas tem peso.



ANTÓNIO DOMINGUES

O administrador do BPI vai ser nomeado presidente da Caixa Geral de Depósitos. António Domingues é pouco conhecido do público em geral, mas o sistema financeiro elogia-lhe a competência. No BPI, já se habituou a tarefas complexas.



& FRIO



VÍTOR CONSTÂNCIO

A recusa em prestar declarações na comissão de inquérito do Banif é reveladora do sentimento de inimizabilidade a que o vice-governador do BCE está habituado. A falta de transparência é gritante.



ISABEL DOS SANTOS

Não sai bem do conflito no BPI. É legítimo defender a sua posição no diferendo, mas as dificuldades que pôs arriscavam deixar mais um banco perto da resolução. Perder tudo seria melhor do que ceder?

J.M.

POSIÇÕES

ACP

Para Carlos Barbosa, presidente do ACP, é claro que na base da intenção do governo está o medo de que as transportadoras decidam parar o país, em protesto contra o aumento do imposto sobre os produtos petrolíferos (ISP).

Governo

Manuel Caldeira Cabral, ministro da Economia, defende os combustíveis mais baratos para transportadoras e cita o exemplo do gasóleo agrícola para sublinhar que a medida tem «aspectos positivos». E realça: a medida «tem efeitos na competitividade nas empresas de transportes e pode ter efeitos positivos na receita fiscal».

universo restrito. Em alternativa, pode solicitar um regime a nível regional.

Luis Oliveira explica que as regras comunitárias permitem um tratamento desagravado para o gasóleo profissional, e por esse motivo não se revê nas acusações de que põem em causa «o caráter legal» destas alterações nos preços do gasóleo. «O tratamento de discriminação positiva por comparação com os condutores não profissionais não suscita problemas a nível comunitário. Também não se vê que problemas de inconstitucionalidade

se possam seriamente equacionar», justifica, acrescentando: «Se existisse um grande e ruidoso clube de proprietário de embarcações de recreio provavelmente também diria ter dúvidas sobre a constitucionalidade do tratamento mais favorável do gasóleo para a pesca».

Esta posição foi também vinçada pelo ministro da Economia. Caldeira Cabral lembrou no Parlamento que já existe um tratamento diferenciado para setores da economia, citando o «gasóleo verde» destinado aos agricultores.

